



ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | N°. 10 | Ano 2022

José Francisco dos Santos

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

NOTAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES AFRICANOS SOB O DOMÍNIO PORTUGUÊS DE 1945 A 1975

NOTES ON THE RELATIONSHIP BETWEEN BRAZIL AND AFRICAN COUNTRIES ON PORTUGUESE DOMAIN, FROM 1945 TO 1975

RESUMO: O Brasil quebrou recorde de mortes por Covid-19. O Estado brasileiro não teve um plano para conter os morticínios, e no que se refere às relações exteriores, o então chanceler brasileiro Ernesto Araújo, em discurso para formados no instituto Rio Branco, segundo sua convicção, afirmou que o Brasil é o “pária” nas relações internacionais. O artigo tece reflexões referente aos processos de mudanças na política brasileira exterior, em especial ao continente africano, que após a independência do Brasil em 1822 se distanciou das denominadas “colônias portuguesas em África” (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tome e Príncipe) que conforme veremos têm a ver com acordos para reconhecimento da libertação brasileira de Portugal. No contexto Pós segunda Guerra-Mundial, um novo cenário se configura com a Guerra-Fria, a partir desse momento iniciou-se um processo lento de reorganização das relações internacionais do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia; Angola; Brasil.

ABSTRACT: Brazil has broken the record for deaths from Covid-19. The Brazilian state had no plan to contain the deaths, and with regard to foreign relations, the then Brazilian Chancellor Ernesto Araújo, in a speech to graduates of the Rio Branco Institute, according to his conviction, stated that Brazil is the "pariah" in international relations. The article reflects on the processes of change in Brazilian foreign policy, especially on the African continent, which after Brazil's independence in 1822 distanced itself from the so-called "Portuguese colonies in Africa" (Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique and São Tome and Principe) which, as we shall see, have to do with agreements to recognise Brazil's liberation from Portugal. In the post-World War II context, a new scenario emerged with the Cold War, from which time a slow process of reorganisation of Brazil's international relations began.

KEY WORDS: Diplomacy; Angola; Brazil.

NOTAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES AFRICANOS SOB O DOMÍNIO PORTUGUÊS DE 1945 A 1975

José Francisco dos Santos ¹

Introdução

O Brasil teve o número significativo de mortes por Covid-19. ² No que refere às relações exteriores, o então chanceler brasileiro Ernesto Araújo, em um discurso para os formandos do Instituto Rio Branco, afirmou que o Brasil é o “pária” nas relações internacionais.³ Após a Segunda Guerra Mundial, um novo cenário foi configurado com a Guerra Fria. A partir desse momento, foi iniciado um processo lento de reorganização das relações internacionais no Brasil. Este texto tece algumas reflexões desenvolvidas principalmente durante o período de mestrado, o que resultou em uma dissertação sobre o Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) (SANTOS, 2010).

Foram realizadas entrevistas com os professores Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira da Conceição, além do diplomata e africanista Alberto da Costa e Silva. Também foram consultados livros de memórias e de revisão bibliográfica, os quais serviram de apoio para o desencadeamento reflexivo sobre o segundo quartel das relações exteriores do Brasil que houve na diplomacia brasileira, e sobre a parte da intelectualidade brasileira juvenil que ousou ser mais que “pária”, obtendo vários protagonismos, como o fato de o Brasil ser o primeiro país a reconhecer a libertação de Angola, em 1975.

A política externa brasileira no início do século XX

A partir da Segunda Guerra Mundial, a política externa brasileira passou a ser mais ativa no cenário internacional, já que anteriormente ela era caracterizada pela defesa das fronteiras nacionais. No entanto, a principal novidade aconteceu quando o chanceler Visconde do Rio Branco, no final do século XIX e início do XX, aproximou-se dos Estados Unidos da América (EUA), uma vez que intuía que o poder internacional estava sendo transferido da Inglaterra para

¹ Professor adjunto da Universidade Federal do Oeste Baiano – UFOB. Doutor em História pela PUC SP. jose.santos@ufob.edu.br

² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9334018/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

³ “O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, declarou nesta quinta-feira (22/10) que prefere ver a política externa do Brasil sendo condenada por outras nações a se aliar ao ‘cinismo interesseiro dos globalistas, dos corruptos e semicorruptos’. Além disso, o chanceler afirmou que se a atuação da diplomacia do país ‘faz de nós um pária internacional, então que sejamos esse pária’” (FERNANDES, 2020).

os EUA. Segundo Santos (2014), o Brasil só apareceu com algum relevo registrado em matérias voltadas à política internacional a partir da Segunda Guerra Mundial.⁴

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o mundo sofreu intensas mudanças em termos políticos, econômicos, ideológicos e culturais. Mediante a alteração do mapa-múndi, teve início o processo de descolonização, visto que não havia mais condições “morais” para a manutenção do colonialismo. Foi nesse período que alguns sistemas, tais como o nazismo, o fascismo, o franquismo e o salazarismo, e as ilações do peronismo e do getulismo deram o tom da contradição com os princípios democráticos. Valores liberais tornaram-se essenciais, depois da Segunda Guerra Mundial, o que resultou, em 24 de outubro de 1945, na criação da Organização das Nações Unidas (ONU) que veio ocupar o espaço multilateral da extinta Liga das Nações. Ao promover uma reordenação das relações internacionais a partir da criação de mecanismos em relação às intervenções nos conflitos entre as nações, a fim de obter uma ordem internacional mais adequada à época, a ONU abrigou discussões de relevância internacional na passagem do eurocentralismo ao eurocidentalismo. É importante enfatizar que no eurocidentalismo, é inserido o período da bipolaridade entre a URSS e os EUA diante da Conferência de Bandung (1955). Nela, países africanos e asiáticos⁵ se definiram como “não alinhados” em primeiro lugar, tornando a realidade internacional mais complexa.

Sob outro ângulo de abordagem, a Segunda Guerra Mundial permitiu a construção de outras relações eurocidentais com o continente africano. Quanto ao Brasil, assim como expõe Rodrigues (1964), ao evidenciar enfaticamente a importância das bases norte-americanas, durante o período da guerra, os EUA instalaram bases estratégicas em Natal, Recife e Fortaleza, destacando uma política aliada em relação à Dacar e à África Francófona, mediante a invasão de Marrocos e a campanha da África do Norte (SILVA, 2003). O Nordeste brasileiro, sem o qual não teria sido possível conquistar a vitória na Batalha *El Alamein*, será sempre lembrado como o início da derrocada das forças do Eixo na África do Norte e um dos marcos decisivos na Segunda Guerra Mundial. A vitória britânica em *El Alamein* levou o primeiro-ministro, Sir Winston Churchill, a afirmar que "este não é o fim, não é nem o começo do fim, mas é, talvez, o fim do começo" (SANTOS, 2014, p. 28). *El Alamein* foi uma vitória essencialmente do Reino Unido e das tropas da Commonwealth, assim como foi na invasão da Europa, que gerou várias possibilidades de inserções na política internacional, as quais eram inviáveis até então. Desde

⁴ Para saber mais sobre a alteração na política externa brasileira, consultar Santos (2014) e Cervo e Bueno (2002).

⁵ Nela participaram 27 estados (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, República Popular da China, Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Israel, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Turquia, República Democrática do Vietnã, Vietnã do Sul e Iémen (SANTOS, 2014, p. 34).

então, segundo Rodrigues (1964), estudiosos brasileiros vêm chamando a atenção para a importância estratégica da África.

O Brasil na conjuntura da Segunda Guerra Mundial

Com o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo entrou em nova conjuntura internacional, a denominada “Guerra Fria”, uma disputa ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, ou seja, entre o capitalismo e o comunismo. Na obra “Brasil e África: outro horizonte”, de 1964, J. H. Rodrigues expõe as ideias do coronel Golbery do Couto e Silva. O coronel adverte sobre a importância estratégica do continente africano, ao afirmar que o Brasil deveria realizar uma geopolítica da paz, impedindo as influências ideológicas comunistas do outro lado do Atlântico, pois isso colocaria não só o Brasil, mas o continente americano em perigo.

No livro “Geopolítica do Brasil”, de 1967, o Coronel Golbery do Couto e Silva apresenta uma política militar para o Atlântico, a fim de impedir a influência de países comunistas no processo de descolonização africana, tais como União Soviética e China, uma vez que após a independência, tinha o temor de que o Brasil fosse atacado. O Brasil participou da Segunda Guerra Mundial sob a presidência de Getúlio Dornelles Vargas, no período do Estado Novo. Segundo o historiador Boris Fausto (1994, p. 340-389), o termo “Estado Novo” foi a denominação dada aos Estados de cunho totalitário. Alguns exemplos são Portugal (com o salazarismo), a Espanha (com o franquismo), a Itália (com o fascismo) e a Alemanha (com o nazismo). Em 1937 foi instituído o Estado Novo no Brasil, cujo governo vigente era o de Getúlio Vargas, sob a alegação de que o Brasil precisaria ser um Estado forte para impedir a ameaça comunista que estava contida no Plano Cohen (que até hoje não foi bem explicada). O Estado Novo foi arquitetado como de ímpeto modernizador e que deveria durar muitos anos. No entanto, o tempo de vida dele foi curto, visto que não chegou a oito anos.

Com a ida da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália para combater o regime fascista, em meados de agosto de 1942, protestos foram iniciados na sociedade brasileira. A primeira manifestação ostensiva nesse sentido foi o Manifesto dos Mineiros, datado em 24 de outubro de 1943. Não por acaso, a data comemorava a vitória da Revolução de 1930. Diante disso, os assinantes do manifesto queriam demonstrar que não pretendiam voltar às práticas políticas existentes na Primeira República, assinalando, ao mesmo tempo, a percepção de que a Revolução de 1930 foi desviada de seus objetivos democráticos (FAUSTO, 1994).

A política tinha como intuito a modernização do Brasil e uma maior participação e autonomia na política externa. Para apoiar os Aliados na Segunda Guerra Mundial, Vargas

negociou o financiamento da Siderúrgica de Volta Redonda com os EUA. Outro fator relevante, no período da guerra, é relacionado ao fato de que as pessoas insatisfeitas com o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas saíram do Brasil. Dentre eles, destacamos o proprietário do jornal “O Estado de S. Paulo”, Júlio de Mesquita Filho, assim como outros liberais que se exilaram em Portugal. Nesse mesmo período, também há o registro de que os opositores ao regime de Estado Novo de Salazar se exilaram no Brasil, constituindo outro campo de força entre Brasil e Portugal. Quanto à política externa estabelecida por Vargas em 1943, tendo como ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, foram criadas as bases para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento industrial no país, visando ao início da substituição de importações e à criação de mecanismos de integração com a América do Sul (SARAIVA, 1996).

As relações externas brasileiras no cenário da Guerra Fria

Não obstante, esses planos não foram adiante, pois a Ásia e a Europa estavam mais envolvidas, após a Segunda Guerra Mundial, com a chamada “ameaça comunista”, capitalizando a atenção dos EUA, que investiu na Europa, por meio do Plano Marshall. Assim, a América do Sul ficou em segundo plano. O governo de Eurico Gaspar Dutra⁶ se posicionou claramente a favor da política externa norte-americana: perseguiu os comunistas e declarou ilegal o Partido Comunista Brasileiro. Posteriormente, diante do retorno de Getúlio Vargas em outro cenário, na década de 1950, ocorreu a abertura do Brasil ao capital de investidores estrangeiros. Todavia, uma parte da elite brasileira criticou a política centralizadora e estatizante, fazendo-lhe oposição e, em agosto de 1954, Getúlio Vargas se suicidou.

Segundo José Sombra Saraiva (1996), a política externa do segundo governo de Vargas (1951-1954) procurou se centrar na constituição de melhores relações com os Estados Unidos, nos períodos dos governos estadunidenses de Truman (1945-1953) e Eisenhower (1953-1961). Nesse governo de Vargas, foi assinado o Tratado de Cooperação e Amizade entre Brasil e Portugal (1953), quando o Ministro das Relações Exteriores era Vicente Rao. O referido tratado, assim como constataremos, atendeu mais aos interesses de Portugal e foi elaborado em um período em que ficou em evidência a importância histórica das relações entre Brasil e Portugal. Na época, a presença de uma comunidade portuguesa relevante e com voz em alguns veículos de imprensa levou o governo brasileiro a se conter no campo da política externa. Todavia, registraram-se vozes discordantes entre os setores da diplomacia brasileira, tendo em vista que alguns deputados e senadores defenderam que o Brasil deveria se aproximar da África.

Ao assumir a presidência, Juscelino Kubitschek⁷ traçou uma política de modernização para o Brasil, mormente no setor industrial, criando entre outros, a indústria automobilística, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros. Além disso, reforçou a política econômica difundida pela Comissão Econômica para América Latina da ONU (CEPAL), cabendo registrar, naquele contexto, o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA). Segundo Amando Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), essa era uma proposta de cooperação internacional de âmbito mundial e houve a insistência na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam os meios mais eficazes, enquanto soluções, para os países atrasados.

A OPA foi lançada em 1958, imediatamente após a malsucedida viagem do então vice-presidente Nixon à América Latina, momento em que o antiamericanismo dos sul-americanos ficou sobejamente evidenciado nos incidentes em Caracas.⁸ Essa parte da América ficara à margem do Plano Marshall. Carente de divisas, não conheceu os benefícios das cooperações então vigentes em outras áreas do globo. Nesse contexto, as relações entre os Estados Unidos e a América Latina pediam revisão e, portanto, a proposta de Juscelino Kubitschek se voltou para a atualização das relações entre os dois segmentos do continente (CERVO; BUENO, 2002), visando fortalecer a nova política externa brasileira (SARAIVA, 1996).

O presidente Kubitschek prometeu a promoção de um grande desenvolvimento em um curto espaço de tempo, “cinquenta anos em cinco”, procurando investir na indústria de base e na infraestrutura. Em relação à política externa, Kubitschek proporcionou uma política exterior autônoma, ligada aos grandes mercados internacionais, tais como Europa, Estados Unidos e América do Sul. O plano era atrair capitais estrangeiros para compensar a contínua queda das exportações, a qual ocorreu entre 1951 e 1958. Naquele momento, a Europa estava em uma franca recuperação, iniciando disputas por mercados com os Estados Unidos. Esse fato resultou na vinda, para o Brasil, das montadoras alemãs DKW e Volkswagen. Depois, seguiram as empresas americanas (VISENTINI, 1998). Externamente, o Brasil se alinhou ao bloco político-diplomático ocidental e, de acordo com J. H. Rodrigues (1964, p. 372), “a OPA obscureceu o mais importante fenômeno do processo histórico mundial, entre 1958-1960: a liberdade africana”. Essa afirmação expõe uma insatisfação em relação à postura do país, que não demonstrou, inicialmente, nenhum interesse em relação aos cenários africanos e asiáticos.

⁶ Eurico Gaspar Dutra governou o Brasil entre 1946-1951. Para maiores informações, ver Fausto (1994, p. 401-413).

⁷ Juscelino Kubitschek esteve à frente do Brasil entre 1952 e 1960 (BENEVIDES, 1991).

⁸ O resultado que se tornou mais público e notório a partir da viagem, constitui as séries de manifestações antiamericanas enfrentadas por Nixon em Caracas, na Venezuela, tendo em vista que Nixon quase foi agredido fisicamente pelos manifestantes. Embora os burocratas do governo norte-americano, especialmente aqueles ligados ao Departamento de Estado, rapidamente tenham debitado o insucesso da viagem na conta do dito movimento

Terceiro Mundo

A partir da década de 1950, foram registradas conferências que englobaram nações até então excluídas, outrora subestimadas pelos colonizadores europeus. O marco foi a Conferência de Bandung, ocorrida em outubro de 1955, na Indonésia, em que os países asiáticos, alguns países africanos e algumas delegações reuniram-se, tais como a da Argentina. O Brasil esteve como observador. O conceito de “Terceiro Mundo”, cunhado por Alfred Sauvy e Georges Balandier, passou a ser central desde a Conferência de Bandung e constituiu uma espécie de bandeira de reivindicação por independências.⁹ Além do mais, secundou o processo de independência das colônias francesas, inglesas e belgas, enquanto o Brasil prosseguiu, formalmente, com uma política externa que ainda não refletia os novos ventos.

Havia a crença de que aquela conferência estava encobrindo os interesses da União Soviética e da China, embora ela se designasse integrante dos países “não alinhados”¹⁰ com os interesses do capitalismo (EUA) e do comunismo (União Soviética e China), procurando caminhos alternativos. A diplomacia brasileira, que na época ainda refletia uma proximidade com os países ocidentais, mormente os EUA, não acompanhou e não deu a devida importância à Conferência de Bandung. A imprensa brasileira registrou o evento como uma ação ou proposta revolucionária. Entretanto, a referida conferência foi um marco, uma vez que proclamou a legitimidade dos povos coloniais e acelerou os processos de independências, ao mesmo tempo em que se posicionou equidistante dos blocos comunista (até certo ponto, da China) e ocidental, constituído pelos EUA e pela Europa Ocidental.

Importantes figuras do marxismo e alguns intelectuais, como Jean-Paul Sartre, sem romperem com o marxismo, passaram a apoiar as posturas nacionalistas, tais como a proposta do *Front National de Liberation* (FNL), em sua luta pela libertação da Argélia. Foi nessa época que ocorreu uma aproximação entre Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon, militante pela independência e autonomia da Argélia. Não se pode deixar de destacar a participação do embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes, na época, secretário na Embaixada de Jacarta, enquanto observador na Conferência de Bandung. De acordo com Saraiva (1996, p. 48), o livro de Bezerra de

comunista, a agressiva reação por parte dos manifestantes venezuelanos expôs a vívida evidência da insatisfação com a política externa dos Estados Unidos com a América Latina (ZAHNISER; WEIS, 1989).

⁹ A expressão “Terceiro Mundo” foi apresentada em um artigo de Alfred Sauvy, publicado na Revista IBGE Brasileira. Nele, o autor falava em três mundos: os dois primeiros eram desenvolvidos e caracterizados por ideologias diferentes, enquanto o terceiro, a exemplo do “Terceiro Estado”, pretendia a igualdade. A noção se propagou a partir da publicação de um número especial da revista do Institut National d’Études Démographiques, editada sob a direção de Georges Balandier (MOURÃO, 1987).

¹⁰ “Não alinhado” foi a expressão usada pelos países da Conferência de Bandung, com o intuito de não se envolverem na disputa entre os EUA e a URSS durante a Guerra Fria. Contudo, alguns países autodesignados “não alinhados” foram forçados pela conjuntura internacional a se posicionarem nesse cenário. Após o término da Guerra

Menezes, intitulado “O Brasil e o mundo Ásio-africano”, constitui uma “obra complexa, foi o primeiro livro escrito por um diplomata brasileiro voltado para o estudo específico dos dois continentes”.

Bezerra de Menezes (1961), sustenta em sua obra que a desinformação da diplomacia brasileira, que pouco sabia sobre o continente africano, advinha justamente dos canais de informação das metrópoles coloniais europeias. “A vida ‘vegetativa e contemplativa’ da política exterior brasileira, de pouca ação e alinhamento com os Estados Unidos e a Europa, deveria ceder lugar a um novo conceito, voltado para o Atlântico e para a África” (SARAIVA, 1996, p. 49). A postura do embaixador Bezerra de Menezes traduz a discordância que havia entre setores da *intelligentsia* brasileira no que diz respeito à adoção de uma política autônoma para África. No mesmo sentido, Eduardo Portella considerou a atitude “conservadora, estática e racista”, visto que, “além do desinteresse oficial, os países africanos e asiáticos eram considerados, pela carreira diplomática, postos de sacrifícios” (SARAIVA, 1996, p. 49).

A maioria dos diplomatas brasileiros (os mais antigos em seu ofício) não compartilhava a postura do embaixador Bezerra de Menezes em relação ao processo de independência das colônias africanas. Importa refletir que a Conferência de Bandung foi formada por grupos de países revolucionários de Terceiro Mundo, mas não necessariamente marxistas. Com o advento da Guerra Fria, alguns desses países tiveram que optar por um dos dois lados, capitalismo, com os EUA, ou comunismo, com a URSS e a China. As obras de certos autores, como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Jean Paul-Sartre e Georges Balandier, foram o cordão para construir uma teoria relativa à espoliação dos povos colonizados.

A permanência do domínio português na África

Em relação à Portugal, que na década de 1960 ainda detinha, só na África, cinco colônias (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau Moçambique e São Tomé e Príncipe), registravam-se críticas esparsas ao regime salazarista. A partir de 1926, a República Portuguesa sofreu um golpe e um regime de exceção foi estabelecido. O professor de finanças da Universidade de Coimbra, António Oliveira Salazar, em 1928, foi nomeado Ministro das Finanças e, depois, Primeiro-Ministro. Com Salazar, a administração se tornou tão egocêntrica que se denomina doravante “salazarismo”. Esse regime perpetuou até 1974, quando houve a Revolução dos Cravos, a qual será trabalhada mais adiante (MAXWELL, 2006; SECCO, 2004; SILVA, 2006).

Fria, alguns países, em especial, do continente africano, passaram a desenvolver ações comerciais comuns ao capitalismo.

Campos diplomáticos europeus, antes da Segunda Guerra Mundial, já apontavam anacronismos no regime salazarista, condenado em conferências, sobretudo, da ONU, por seguir uma política de manutenção das colônias na África, na Ásia e na Oceania. O historiador Francisco Martinho (2007, p. 62) defende que, no início da guerra anticolonial, o Brasil, Vaticano e Espanha pediram para que Salazar desistisse de suas colônias, mas ele retrucou: “estamos cada vez mais orgulhosamente sós”. Em função da situação apresentada, o governo português procurou apoio no Brasil para seguir com a política colonialista na África. Assim, em 1953, assinou com o Brasil o Tratado de Cooperação e Amizade. Concebido no tempo de João Neves da Fontoura, presente no Ministério das Relações Exteriores, o Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil foi assinado pelo novo ministro, Vicente Raó, no Rio de Janeiro, em 16 de novembro.

Ratificado um ano depois e promulgado pelo governo brasileiro em janeiro de 1955, o tratado tinha nove artigos, os quais estabeleciam uma consulta mútua entre os dois países em matérias internacionais. Dois desses artigos demonstram como estavam próximas as relações entre Portugal e Brasil. O primeiro defendia que, a partir de então, todos os problemas internacionais que tivessem interesse comum seriam objeto de consultas prévias. Já o oitavo artigo afirmava que as partes contratantes deveriam desenvolver, de forma harmoniosa, o prestígio da comunidade luso-brasileira no mundo (SARAIVA, 1996). Segundo o professor José Maria Nunes Pereira, o Tratado de Cooperação e Amizade, por parte de Portugal, visava obter, especificamente, o respaldo do Brasil nas Nações Unidas.¹¹ O termo “colônia” foi utilizado desde início do processo de colonização até o período liberal, quando Portugal passou a usar a designação “Província Ultramarina”. Com o advento da República, em 1910, voltou a se utilizar o termo “colônia” até a promulgação do Ato Colonial, já no regime salazarista, que retomou o uso, em 1951, da expressão “Província Ultramarina” (GONÇALVES, 1995).

Nesse sentido, o embaixador Alberto da Costa e Silva, em entrevista, relatou que o Tratado de Cooperação e Amizade assinado com Portugal não incluía as “Províncias Ultramarinas”, mas se restringia à metrópole.¹² O embaixador Alberto da Costa e Silva chama atenção para o fato de que o governo brasileiro nunca aceitou a expressão “Província Ultramarina” e continuou a utilizar a designação “colônias”. As “notas interpretativas”, em um texto confidencial anexo ao referido tratado, estabeleciam que a “Comunidade Luso-Brasileira” não incluía as “Províncias Ultramarinas” de Portugal. Tais notas foram criticadas por alguns diplomatas, como Álvaro Lins e Bezerra de Menezes, pois, ao não incluir as “Províncias Ultramarinas”, o tratado distanciava o Brasil da tendência natural de aproximação em relação às

¹¹ Entrevista concedida em sua residência no Rio de Janeiro em 16 de janeiro de 2009.

¹² Entrevista concedida por Alberto da Costa e Silva em sua residência no Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2009.

colônias portuguesas na África (SARAIVA, 1996, p. 55). Além do mais, Bezerra de Menezes e Álvaro Lins evidenciam que a exclusão das “Províncias Ultramarinas” no texto principal do acordo demonstrou a preocupação da diplomacia de Lisboa em evitar que o Brasil viesse a tratar desse assunto.

As considerações tecidas pelo embaixador Costa e Silva expressam uma opinião divergente sobre o Tratado de Cooperação e Amizade. Os livros que tratam do assunto sempre demarcam a estreita ligação entre a não-intervenção do Brasil em relação às “Províncias Ultramarinas” no período da presidência de Juscelino Kubitschek, quando o Brasil ainda era fortemente agrário, e a importante produção de café em Angola. Contudo, o que importa é ter a clareza de que, de fato, o referido tratado não trouxe benefícios ao Brasil. O Tratado de Cooperação e Amizade, sob a ótica de Afonso Arinos, Ministro das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros, foi “nocivo” para a política internacional brasileira. Por outro lado, Arinos também registra comportamentos que “mexiam com as vaidades” dos diplomatas brasileiros. A opinião de Afonso Arinos, participante da chamada “Política Externa Independente” em conjunto com San Thiago Dantas, por exemplo, fortaleceu a crítica à ideia da subordinação do Brasil aos interesses portugueses. As condecorações dadas aos diplomatas brasileiros foram criticadas na época por J. H. Rodrigues (1964), que teceu comentários pessoais sobre os abusos do Tratado de Cooperação e Amizade, incluindo o próprio Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos:

O Trado Luso-brasileiro teve esse singular e estranho efeito: converter nosso Ministro do Exterior em uma espécie de comendador português, sempre em visita à corte, em consulta ao seu Chefe, correndo para a antiga Metrópole. Por que não aguardar, com a grega virtude da moderação, que o Sr. Salazar e o Sr. Franco Nogueira venham a nós? Se acreditam em Comunidade, a cabeça está aqui. Não é possível submeter uma nação continental de 79 milhões de habitantes, às consultas de um chefe autocrático de 9 milhões e meio de habitantes. Não pensou assim ao consentir que o Sr. Negrão de Lima, Embaixador em Portugal, fosse o observador brasileiro em Angola (RODRIGUES, 1964, p. 384).

O Brasil não obteve nenhum benefício econômico e político com o Tratado de Cooperação e Amizade. A não-intervenção estava ligada à pressão que a colônia luso-brasileira tinha no Brasil. Considerando a atualidade, essa ideia parece estranha, mas, em meados do século XX a presença portuguesa era forte e exercia influência sobre a política brasileira. Apesar de o Brasil ser um país anticolonial, ele não conseguiu apoiar, de maneira eficiente, o processo inicial das independências das colônias africanas.

Política Externa Independente (PEI) e governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)

O Brasil passou a adotar mecanismos que proporcionaram uma aproximação com os países africanos independentes, o que incluía o propósito de conhecer melhor e se preparar a fase de aproximações com os movimentos independentistas das colônias portuguesas. O Ministério das Relações Exteriores passou a conceder bolsas de estudo para que os estudantes africanos pudessem estudar no Brasil e, curiosamente, a escolha dos bolsistas recaiu não só entre os originários de países africanos independentes, mas igualmente beneficiava os estudantes das colônias portuguesas que, na época, viviam nesses países emancipados. As bolsas de estudos foram criadas pelo Ministério das Relações Exteriores, e de acordo com Honório Rodrigues (1964), era descontado 20% do salário por parte dos diplomatas que recebiam uma remuneração igual ou superior a 400 dólares, a fim de sustentar essas bolsas.

O governo do presidente Jânio Quadros, que foi de curta duração (cerca de oito meses no poder), cedeu lugar, de forma conturbada, a seu vice, João Goulart. Obrigado a aceitar um sistema político parlamentarista, o governo de Quadros não resistiu às fortes pressões de oposição às políticas de reformas internas. No que se refere à política externa brasileira, o presidente João Goulart manteve a Política Externa Independente (PEI) com aproximação com o continente africano. Não houve avanços na PEI, devido ao acirramento das tensões com os setores das elites brasileiras, os quais viam no presidente João Goulart, alguém próximo do socialismo, em função de o seu governo defender os projetos de reformas de base, como a polêmica reforma agrária. Devido aos confrontos ocorridos no campo da política interna, o continente africano passou a ser segundo plano. Diante do Golpe Civil-Militar, acontecido em 01 de abril de 1964, os movimentos sociais foram perseguidos e os quadros ligados ao Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) foram detidos.¹³ Posteriormente, os estudantes africanos que vislumbravam o Brasil como um terreno fértil para realizar mobilizações em prol da libertação das colônias portuguesas em África migraram para outros países.

Ditadura Civil-Militar (1964-1985)

¹³ O Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) consistia em uma organização que visava o apoio à libertação dos países africanos no processo de independência, em especial, de Angola, que ocorreu na década de 1960 a 1970. No Brasil, o movimento estava presente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para mais informações, consultar Santos (2010; 2014).

O governo do presidente general Castello Branco implementou uma política de estreitamento nas relações do país com os EUA. É registrado o fato de que Portugal mantinha um acordo, na época, o qual cedia para os EUA a base das Lajes, localizada estrategicamente no Oceano Atlântico, mais precisamente no arquipélago dos Açores. Foi o período em que o governo salazarista aventou a hipótese de oferecer portos em suas colônias na África em troca de um maior apoio ao seu regime de exceção. Em contrapartida, o Brasil deveria ficar equidistante das colônias africanas e apoiar Portugal em conjunto com a ONU, pois o governo civil-militar receava o avanço da União Soviética por intermédio dos países africanos localizados no outro lado do Atlântico. Com o término do governo do presidente Castello Branco, as articulações luso-brasileiras levadas a cabo foram desfeitas na gestão do presidente Artur da Costa e Silva.

Todavia, no governo do presidente Médici, em 1972, na comemoração da independência do Brasil, foi enviada uma missão de prospecção política para a África, chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, que visitou vários países (BARBOZA, 2007). A escolha da data foi cuidadosamente pensada. Segundo o embaixador Costa e Silva, “a ideia era o Brasil mostrar sua postura anticolonialista realizando uma visita ao continente africano, no período das comemorações da independência brasileira” (informação verbal).¹⁴ Essa atitude da diplomacia brasileira sofreu críticas por parte da imprensa brasileira, da comunidade lusitana, de políticos extremistas de direita e do governo português. Devido ao processo de independência em curso nas colônias portuguesas africanas, a visita do Ministro das Relações Exteriores foi recebida pelos grupos mencionados com receio, já que as aproximações daquelas colônias com o Estado brasileiro poderiam trazer consequências em relação ao apoio às suas independências.

Cabe registrar que o ministro Mário Gibson Barboza se mostrou favorável à independência das colônias portuguesas. Em seu livro de memórias, intitulado “Na diplomacia, o traço todo da vida”, o autor narra um episódio em que teve discussões com o presidente da Petrobras, na época, o general Ernesto Geisel (BARBOZA, 2007). As questões giraram em torno da possibilidade de a Petrobrás firmar uma parceria com o governo português para explorar as reservas petrolíferas no enclave de Cabinda, em Angola. O ministro Gibson Barboza argumentava que o investimento de risco em Cabinda não valia a pena e que a independência de Angola era uma questão de tempo, enquanto o general Ernesto Geisel insistia no projeto. O Presidente da República, na época, o general Médici, acabou por optar pelos argumentos do ministro Gibson Barboza. Tempos depois, quando o diplomata Gibson Barboza assumiu a embaixada em Atenas e o general Ernesto Geisel tomou posse da presidência do Brasil, ambos se encontraram em outro contexto. O general Geisel confidenciou ao então embaixador Gibson

¹⁴ Entrevista concedida por Costa e Silva ao autor em sua residência, no Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 2009.

Barboza que “foi muito bom realmente que não tivéssemos feito aquele acordo com Portugal” (BARBOZA, 2007, p. 35).

Na década de 1970, o Itamaraty criou o Departamento da África, Ásia e Oceania. O diplomata Ítalo Zappa, encarregado do posto, enviou, junto ao cenário político de Angola, em 1975, como representante do Brasil, o diplomata Ovídio de Andrade Mello¹⁵, que acompanhou de perto o processo de independência em Angola, o qual envolveu três movimentos: Movimento de Libertação de Angola (MPLA), criado em 1956 e que aos poucos ligou-se à então União Soviética e à Cuba, consolidando, como líder, o médico e poeta Agostinho Neto; a Frente de Libertação de Angola (FNLA), criada em 1961 e ligada aos interesses do Zaire e dos Estados Unidos, sob a liderança de Holden Roberto; e, por fim, a União de Libertação Total de Angola (UNITA), de 1966, ligada aos interesses da África do Sul, Estados Unidos, China e dos portugueses, inconformados com o processo de independência.

O diplomata Ovídio de Andrade Mello recomendou o apoio ao MPLA, ao defender que “era isso ou tirar o time de campo” (GASPARI, 2004, p. 142)¹⁶, mesmo o MPLA estando, naquele momento, ligado à URSS e à Cuba. O governo brasileiro, sob a presidência do general Ernesto Geisel, outrora contrário a qualquer apoio aos processos de independências das colônias africanas de Portugal, teve, como Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, posição favorável à independência das colônias africanas. Segundo o professor Fernando Mourão, o apoio ao processo de independência angolano e das demais colônias portuguesas teve continuidade com os quadros diplomáticos da Política Externa Independente (PEI), que foram ampliados por uma série de jovens diplomatas que adotaram a mesma postura. Paulatinamente, dezenas de diplomatas, hoje, bastante conhecidos, reformados ou não, apostaram firmemente não só na mudança da política externa brasileira, mas também em sua manutenção, haja vista que, após o reconhecimento diplomático da independência de Angola, o apoio do Brasil passou a ser uma constante no país, seja em maior ou menor intensidade.

Fernando Mourão recorda os nomes dos diplomatas que contribuíram para essa nova postura do Itamaraty: Alberto da Costa e Silva, Carlos Alberto de Leite Barbosa, Rubens Ricupero, Genaro Antonio *Mucciolo*, Luís Vinhaes da Costa, Ronaldo Mota *Sardenberg*, Wladimir Murtinho, Manuel Pessanha Viegas, Affonso Celso Ouro Preto, Paulo Roberto de Almeida, Bernardo Pericás Neto, João Cabral de Melo Neto, Paulo Tarso Flexa de Lima, Marcelo Jardim, Roberto Abdenur, dentre outros. Foram esses diplomatas que gestaram, na prática, os novos procedimentos, ora influenciando os superiores, ora praticando com plenitude

¹⁵ Para maiores informações sobre Ovídio Andrade de Mello, consultar: SANTOS, 2015; 2018.

¹⁶ Em depoimento concedido no Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 2009, o embaixador Ovídio de Andrade acrescenta que a frase foi dita dentro de um contexto específico, em agosto de 1975, momento em que já se sabia que o MPLA seria o líder da independência.

as ordens superiores e induzindo os membros do governo, da Câmara e do Senado em relação à descolonização.¹⁷ Não obstante, o pensamento pró-independência das colônias não era unânime. Na conjuntura da Guerra Fria, os aliados aos setores extremistas do regime civil-militar exerceram forte pressão, como o general Sylvio Frota, Ministro do Exército, uma das vozes que discordava da linha pragmática na política externa adotada pelo governo Geisel (FROTA, 2006).

A mudança mais evidente teve início no governo do presidente Médici, segundo Paulo Visentini (1998), pois a multilateralização intuía uma política econômica menos dependente dos EUA, estabelecendo contatos comerciais externos e independentes da conduta ideológica. Essa política ganhou corpo no governo do presidente Ernesto Geisel, a ponto de o governo brasileiro ser o primeiro país ocidental a reconhecer a independência angolana em 11 de novembro de 1975, mesmo liderada pelo MPLA, que era vinculado à URSS e à Cuba. O processo de apoio à independência de Angola foi importante, do ponto de vista diplomático, uma vez que o Brasil era proveniente de um histórico de apoio político à Portugal e as ex-colônias tinham desconfianças no que diz respeito à instituição de um contato mais próximo com o Brasil.

A independência do Brasil, em 1822, ocorreu por vontade nacionalista de brancos de origem portuguesa e por motivos dinásticos da coroa portuguesa, logo, isto gerava desconfianças. Para os líderes africanos, a independência do Brasil é vista com restrições, ao perceberem que o modelo de independência brasileira não se adaptava ao processo das independências africanas, até porque a quase totalidade das populações dessas colônias em luta era constituída por povos e por culturas locais. Os colonos portugueses eram, de fato, uma minoria. Desses, uma minoria aderiu à causa da independência, mormente, ao MPLA. Os que aderiram à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) o fizeram na esperança de manter os seus privilégios. Ao ser o primeiro país a reconhecer a independência, o governo brasileiro retomou o processo de reaproximação, abandonado em meados da década 1960, e promoveu contatos políticos e culturais com os países recém emancipados, ex-colônias de Portugal, constituindo alianças que se mantêm até hoje.

Considerações Finais

Hoje, há um discurso de que o Brasil e parte do continente africano têm uma relação estreita, mas, na realidade, o processo diaspórico para o continente americano foi interrompido ou gravemente dirimido no final do século XIX e, em termos diplomáticos, somente estabelecido após a década de 1960. Sendo assim, parte da cultura de expressão afro-brasileira vem em decorrência do período do século XIX, que se misturou com outros elementos culturais, a

¹⁷ Entrevista concedida pelo professor Fernando Mourão em 01 de março de 2010 em Caucaia do Alto (SP).

exemplo dos povos originários do Brasil e de Portugal. As contradições apontadas pelo governo brasileiro civil-militar (1964-1985), o qual, em uma conjuntura de Guerra Fria, estava alinhado com os Estados Unidos na política externa, evidenciaram um pragmatismo, buscando autonomia nas relações e nas contribuições com os interesses econômicos, políticos e estratégicos. Além disso, apoiou Angola, que obteve a independência por intermédio do MPLA, que estava atrelado ao URSS e à Cuba.

Esse fato possibilitou que empresas brasileiras, a exemplo da Petrobras, Odebrecht, dentre outras, que foram alvo de investigação pela “Lava-Jato”, iniciassem os negócios em solo angolano ainda no período ditatorial. O recorte desse trabalho priorizou as questões ligadas ao início do estabelecimento das relações diplomáticas brasileiras com a África. O vigor apontado na relação instituída no começo da década de 1960 e, depois, em 1970, somente se estabelecerá no século XXI. Nesse campo diplomático, há a configuração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que firmou convênio com diversos países africanos para a vinda de estudantes ao solo brasileiro.

Hoje, apesar de a relação entre Brasil e o continente africano estar cada vez mais distante, já que o Brasil prioriza as relações euro-ocidentais, em particular, com os EUA, a conjuntura do mundo é bem distinta: não há mais a Guerra Fria, a China é a economia mais pulsante do planeta, além de ter sido instaurada uma pandemia que já completa mais de um ano e está ceifando milhões de vidas. Mesmo com a conjuntura política diplomática não sendo favorável, as relações, pelo menos, no campo intelectual e cultural, fortalecem-se com o advento da Internet. Ainda que seja um objeto de acesso restrito, há, hoje, a oportunidade de ouvir e ver pessoas africanas falando sobre seus países, como também ler seus textos. O Brasil, desde a Lei nº 10639/2003, no meio acadêmico e escolar, vem construindo saberes sobre o ensino de História da África e Afro-Brasileira. Nas redes sociais existem vários canais que debatem e divulgam os assuntos ligados a essa temática, a exemplo, no YouTube, do canal “África do Século XX”. Os contatos entre os dois lados do Atlântico podem ser fortalecidos quando for instaurado um Estado que tenha uma visão mais ampla ao seu redor. Quando isso acontecer, o solo já estará preparado pelos grupos mencionados neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARINOS FILHO, Afonso. **Diplomacia independente: um legado de Afonso Arinos**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BARBOZA, Mário Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

BENEVIDES, Maria Victória. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro. **Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 5-25.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: UNB, 2002.

CÉSARIE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid: AKAL, 2006.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FERNANDES, Augusto. "Que sejamos pária", afirma Ernesto Araújo sobre o papel do Brasil no mundo. **Correio Braziliense**, [Brasília], 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2020/10/4884035-se-falar-em-liberdade-nos-faz-paria-internacional-que-sejamos-esse-paria-diz-ernesto-araujo.html>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FROTA, Sylvio. **Ideais traídos: a mais grave crise dos governos militares narrada por um de seus protagonistas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada: sacerdote e o feiticeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal no governo Kubitschek**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MARTINHO, Francisco Palomares. Um país tropical na Guerra Fria. **Revista da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 19 abri. 2007. p.16

MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. **Ásia, África e a política independente do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. África: do continentalismo à fase das conversações globais. **África - Revista do Centro de Estudos Africanos**, São Paulo, v. 10, p. 29-42, 1987.

PENNA, Pio. Brasil e África nos anos Kubitschek - 1956 -1961. In: DÖPCKE, Wolfgang (org.). **Crises e reconstruções: estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos**. Brasília, DF: Linhas Gráficas, 1998. p. 117-127.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SANTOS, José Francisco dos. **Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA): "um amplo movimento" - relação Brasil e Angola de 1960 a 1975**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, José Francisco dos. **Relação Brasil/Angola: a participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias)**. Brasília, DF: UNB, 1996.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos**. São Paulo: Alameda, 2004.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SILVA, Douglas Mansur da. **A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multirralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ZAHNISER, Marvin R.; WEIS, Michael W. A Diplomatic Pearl Harbor? Richard Nixon's Goodwill Mission to Latin America in 1958. **Diplomatic History**, Malden, v. 13, n. 2, p. 163-190, 1989.

Recebido em: 18/05/2022

Aprovado em: 09/10/2022